



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de debater sobre os cenários de desenvolvimento para a Amazônia nas próximas décadas, as pessoas abaixo:

- Senhor Carlos Afonso Nobre, Cientista membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU;
- Senhor Waldez Goés, Governador do Amapá.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo de sua história a Amazônia experimentou modelos de desenvolvimento que desconsideraram sua vocação natural e sua realidade cultural. Modelos econômicos que deterioraram os recursos naturais da região e produziram conflitos sociais.

O ciclo da borracha, entre o final do século XIX e a década de 1940, pode ser considerado o primeiro grande ciclo econômico vivenciado na região. Foi capaz de gerar riquezas, construir importantes cidades como Manaus (AM) e Belém (PA) e atrair grandes investimentos nacionais e internacionais, como a ferrovia Madeira-Mamoré. O declínio da exploração da borracha mostrou que o sistema produtivo baseado em monoculturas não era capaz de promover e manter o desenvolvimento na Amazônia.

Na década de 1960, a criação da Zona Franca de Manaus buscou o desenvolvimento baseado no incentivo de isenção fiscal para indústria. Embora tenha gerado alguns resultados expressivos, essa estratégia não foi suficiente para estabelecer uma economia adequada à região. A rodovia Belém-Brasília, importante eixo de integração da Amazônia com o centro-sul brasileiro, gerou impactos negativos, como a ocupação territorial desordenada do Pará e Maranhão, conflitos fundiários e o desmatamento de expressiva área de floresta.



Os governos militares investiram na abertura de rodovias e hidrelétricas, no incentivo à colonização por meio de assentamentos rurais e empreendimentos agropecuários. Era permitido desmatar grandes áreas de florestas. Neste mesmo período a mineração industrial e artesanal assumiu um papel importante na Amazônia enquanto o tema ambiental começava a ganhar relevância e ser considerado parte significativa no desenvolvimento da Amazônia.

Essa dinâmica se estendeu até os anos 1990. O desmatamento passou a registrar altas taxas e os conflitos sociais ficam cada vez mais descontrolados, como o caso do assassinato de Chico Mendes, no Acre. A repercussão nacional e internacional desses fatos mais a pressão da sociedade civil colocou em xeque esse modelo e forçou o Estado brasileiro a lidar com a realidade. A criação do Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais, em 1992, da Lei de Crimes Ambientais e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação foram marcos importantes deste período.

Nos anos 2000, outras políticas públicas foram criadas para tentar reverter a escalada da destruição do bioma e promover um modelo de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade, inclusão social e conservação ambiental. O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, lançado em 2004, que contribuiu para que a taxa de desmatamento fosse reduzida em 80% entre esse ano e 2012. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008, porém, não recebeu o devido apoio político e findou sendo abandonado.

Entre 2004 e 2012, a região viveu um momento virtuoso: redução da devastação, aumento da governança e crescimento econômico. Em 2012 atingiu-se 4.571 km², a menor taxa de desmatamento da série histórica iniciada em 1988,

O enfraquecimento das políticas ambientais provocaram a retomada do desmatamento entre 2012 e 2018. A partir de 2019, o país passou a viver um período de forte desmonte da governança socioambiental. O Ministério do Meio, IBAMA e ICMBio foram extremamente fragilizados e a maior parte de suas políticas protetivas foram descontinuadas.

Por essa razão, a destruição da floresta amazônica e os conflitos fundiários se agravaram muito. De acordo com dados oficiais do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), entre agosto de 2018 e julho de 2019 foram desmatados 9.762 km² na Amazônia brasileira, área cerca de 30% maior que no período anterior.

Os planos do governo Bolsonaro para a Amazônia consistem no retorno à visão de desenvolvimento da época do governo militar. A prioridade

é ampliar a infraestrutura de rodovias e energia e expandir a colonização e as atividades agropecuárias, madeireiras e de mineração, todas sem os mínimos cuidados e salvaguardas socioambientais. A idéia de promover uma economia baseada no uso sustentável dos recursos naturais e biodiversidade da Amazônia foi praticamente abandonada.

Nesse preocupante contexto, é fundamental que esta Casa Legislativa promova um debate profundo sobre o futuro da Amazônia. A comunidade científica nacional tem acompanhado a história da Amazônia e tem relevantes reflexões para compartilhar.

O Dr Carlos Nobres é um dos mais destacados cientistas nacionais e de grande reputação internacional. É também um dos maiores conhecedores da Amazônia. Na condição de cientistas climático e gestor público, ele tem acompanhado a dinâmica ambiental, social e econômica da região. Suas pesquisas e proposições revelam, ao mesmo tempo, cenários de grandes ameaças e de grandes esperanças para a região. Ouvi-lo é, sem dúvida, uma prioridade.

Proponho também que seja convidado o Governador do Amapá, Dr. Waldez Goés para debater com o Dr. Carlos Nobre os cenários apresentados. Ele é presidente do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal e tem tido destacada atuação no combate à devastação das florestas e no fomento ao desenvolvimento sustentável da região. Sua opinião é igualmente muito importante para nos ajudar a encontrar os melhores caminhos para assegurar o futuro da região.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2020.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)